

Lukács e atualidade do marxismo. São Paulo, Boitempo editorial. 2002.

Maria Orlanda Pinassi e Sérgio Lessa (orgs.)

Por Caio Navarro de Toledo

I. Em *Lukács e a atualidade do marxismo*, conhecidos estudiosos dos trabalhos do pensador húngaro escreveram textos que apresentam afinidades interpretativas e confluem na medida em que estão voltados à discussão da questão das origens, do significado e da relevância filosófica e política das obras que abordam a problemática da Ontologia.

Nicolas Tertulian e Guido Oldrini contribuem neste livro com três eruditos textos. O leitor tem, assim, a oportunidade de conhecer a intensa e complexa trajetória político-intelectual do filósofo, algumas de suas polêmicas teóricas – com autores dentro e fora do marxismo - nos campos da estética, política e filosofia, as teses centrais que fundamentam a problemática da *Ontologia do ser social* e suas relações com os demais trabalhos anteriormente produzidos a essa *opera magna*. Embora os dois autores revelem claras afinidades e concordâncias em relação à obra de maturidade de Lukács, não adotam face a ele, como alguns de seus discípulos têm tido, uma postura reverencial ou acrítica

Diante das inevitáveis limitações de uma resenha, aqui privilegiamos examinar mais de perto os textos de José Paulo Netto e Sérgio Lessa em virtude da problemática intelectual e política que discutem em seus ensaios.

II. Em “Georg Lukács um exílio na pós-modernidade”, Paulo Netto entende que a clássica afirmação de Sartre, nos anos 60 - “o marxismo, como quadro formal de todo pensamento filosófico de hoje, é insuperável” -, bem longe está de qualquer consensualidade no chamado “mercado dos bens simbólicos”. No entanto, uma vertente em particular da tradição marxista deixa de ser privilegiada no debate filosófico contemporâneo - seja pelo “pensamento pós-moderno”, seja, inclusive, pela cultura oposicionista e de esquerda. Seria a obra lukacsiana - que culmina com a *Estética* e a *Ontologia do ser social* - que colidiria “frontalmente com o atual ‘espírito do tempo’, ”dentro e fora dos meios acadêmicos e críticos (ou não).

É particularmente sugestiva a argumentação do autor sobre os conflitos teóricos e as divergências políticas que existiriam entre a “teoria marxiana como ontologia do ser social” e a cultura contemporânea representada por aquilo que se convencionou chamar de

“pensamento pós-moderno”.¹ Contrapondo-se aos fundamentos da ontologia histórico-materialista de Lukács, a cultura pós-moderna – em seu antiontologismo visceral - se caracterizaria basicamente por um *novo irracionalismo* e por uma “*concepção clara e grosseiramente idealista do mundo social*”. Regressão teórica e reacionarismo político-ideológico se conjugariam e teriam como efeito a solidificação da “*ordem do capital, com a dominação de classe da burguesia*”.

Paulo Netto conclui que a centralidade da perspectiva da ontologia do social no debate das idéias apenas se tornará possível a partir do momento em que ocorrer “um forte, massivo e visível movimento social anticapitalista, portador de viabilidade revolucionária”. Mas, ausentes as condições objetivas que permitiriam a almejada confluência entre pensamento e realidade, a que poderia aspirar a perspectiva ontológica na cena política e social? Se os marxistas não devem aguardar – esperançosos, mas silenciosos – que a velha toupeira volte um dia mostrar a cabeça, qual a perspectiva política, aqui e agora, oferecida pela *Ontologia*?

III. A questão da política na *Ontologia* será abordada por S. Lessa. Na mesma direção de outros estudiosos, este autor declara que o tema da política receberá um tratamento problemático e controvertido no interior dessa obra. Lukács define a política como uma práxis ideológica que se caracteriza pela universalidade. Um trecho da *Ontologia* esclarece essa dimensão da práxis política: “*Não pode haver nenhuma comunidade humana (...) na qual e a propósito da qual não surjam continuamente questões que nós estamos acostumados a denominar, num nível mais evoluído, de políticas*”. Lembra Lessa, que Lukács chega inclusive a radicalizar esta concepção ao admitir, juntamente com G. Keller, a imprecisa fórmula segundo a qual na totalidade social “tudo é política”.

Leitor criterioso da obra de Lukács, Lessa questiona a definição acima. A afirmação da “universalidade” da política implicaria uma “tensão na estrutura categorial mais geral da obra” pois o exame rigoroso do trabalho de maturidade do autor revelou que apenas o *trabalho*, a *sociabilidade* e a *linguagem* – não a política – são admitidos como “complexos

¹ São bastante elucidativas as críticas feitas pelo autor às teses de alguns autores “pós-modernos”, em particular àqueles que se identificam com posições políticas de esquerda, como é o caso do pensador português Boaventura dos Santos.

categorias decisivos” do ser social. No entanto, a política é nessa obra concebida como *universalidade* – ou seja, "não haveria sociabilidade sem política"

Para demonstrar a “derrapagem” conceitual produzida pela definição acima, o autor examina o estatuto do Direito na própria *Ontologia*. Seguindo de perto as teses de Engels em *A origem da família, da propriedade e do Estado*, Lukács teria concebido o Direito com sendo *histórico* e possuindo um *caráter de classe*. No entanto, tais características e atributos não são atribuídos à política; para Lessa, a práxis política, tal como o Direito, também deveria ser encarada como um fato histórico e *negativo* da existência social. Para nosso intérprete, Lukács, não obstante a acuidade de muitas de suas formulações, teria ignorado "(...) *que a essência da política diz respeito, de modo direto, às atividades sociais voltadas à reprodução da dominação do homem pelo homem*". A política, assim, é congênita às sociedades de classes - estruturadas e fundadas na “dominação do homem pelo homem”.

Num certo momento de seu ensaio, o autor chega a conceder à práxis política a possibilidade de contribuir para a extinção da dominação de classes; no entanto, a política – *categorialmente* e em sua *essência* – não é senão o exercício da “*dominação do homem pelo homem*”. Concebida sempre sob suspeita e fortes reservas, a política é, assim, uma dimensão eminentemente *negativa* da vida social.²

Para Lessa, a política e o Estado – como expressões da alienação social e da pré-história da humanidade – se transformarão em peças de museu na futura sociedade comunista. Adotando os termos da linguagem humanista – que se nutrem das belas metáforas formuladas nos *Manuscritos de 1844* -, Lessa acreditaria na extinção da política a partir do momento em que as alienações humanas seriam abolidas; nas suas palavras, “*no caso do comunismo, as disputas pelo sentido da construção do futuro são expressões da sociabilidade emancipada que assume conscientemente o fazer a história*”.

Discordamos de tais formulações. Ironicamente, para nós, o alegado equívoco cometido por Lukács permitiu a ele evitar as armadilhas da orientação humanista e abstrata

² Num texto seu mais recente, explicita de forma meridiana seu pensamento: “*Precisamos da política para destruir a barbárie do capital (...) A política é (...) a expressão da miséria em que vivemos e nada mais do que isso*”. (*Crítica Marxista*, no. 14, p. 107)

defendida neste ensaio. De forma sintética, e forçosamente esquemática, ressaltemos dois pontos.

Uma concepção histórica e dialética da totalidade social deveria superar as falsas antinomias que se expressam pelo *economicismo* ou pelo *politicismo* ao mesmo tempo que deveria dar conta das virtualidades contidas no terreno da luta de classes. Sem magnificar ou mistificar as possibilidades da atividade política – defeito típico do idealismo de orientação politicista – não se pode, contudo, num erro simétrico – típico de diferentes modalidades do neoanarquismo e do apoliticismo contemporâneo – diabolizar conceitual e praticamente a ação política. A ênfase em definir a “essência da política” como um conjunto de “*atividades sociais voltadas à reprodução da dominação do homem pelo homem*” pouco contribui para uma visão crítica da vida social. Deixando de compreender que a formação social - como um espaço contraditório – é permeada pela luta de classes, tal concepção implica, entre outras coisas, reduzir a política (e a ideologia) às práticas de dominação das classes dominantes; além disso, tem como sua conseqüência lógica, subestimar a eficácia da atividade política dos trabalhadores e dos setores populares na luta contra a ordem burguesa.

Se pretendem construir uma sociedade “para além do capital”, as classes populares e os trabalhadores devem agir politicamente, *antes e durante* a edificação do socialismo. As armas e os recursos da política não são exclusivos das classes dominantes; sob o controle dos trabalhadores, não implicam, pois, a “*reprodução da dominação do homem pelo homem*”, mas, sim, podem ser instrumentos de libertação e superação das distintas opressões de classe.

Por outro lado, não acreditamos que a desejada “sociedade emancipada” venha abolir a atividade política numa ordem “para além do capital”. Para nós, a esfera política seria ultrapassada apenas na hipótese (mítica) do comunismo implicar: a transparência de suas complexas e diversificadas estruturas sociais e econômicas, a comunicação plena das subjetividades e a harmonização absoluta das vontades (e dos interesses) em todos os planos da vida social. Mesmo que deixem de ter um caráter antagônico e destrutivo, os inevitáveis conflitos e disputas na sociedade sem classes não serão resolvidos espontaneamente e de forma harmoniosa sem a mediação de alguma espécie de poder público. Deixando de ter as funções e estruturas características dos Estados classistas modernos – coercitivas e

altamente burocratizadas e especializadas -, este poder público *a ser inventado* poderia ser o espaço para solucionar conflitos e disputas bem como ser o instrumento para fazer cumprir decisões fundadas em procedimentos altamente democratizados. Embora destituída do caráter coercitivo de classe, a política não deixaria de ser uma dimensão necessária e insubstituível na vida social.

No entanto, hoje, a tarefa prioritária é outra. Cabe aos marxistas, aqui e agora, pensar a política de forma revolucionária. Da mesma forma que a ideologia não se confunde com a “falsa consciência” nem é sinônimo de “mistificação burguesa”, a política não deve ser encarada de forma negativa ou apenas suspeita. Sob a hegemonia dos trabalhadores, a luta ideológica e política – deixando de ser atividades sociais identificadas com a “*reprodução da dominação do homem pelo homem*” – podem ser instrumentos indispensáveis para a transformação radical da sociedade classes.

É inegável que Lessa se inspira em textos clássicos de Marx e Engels para defender sua crítica da política e, particularmente, do Estado. Mas isso não garante o acerto de sua argumentação. Bem sabemos que Marx e Engels, em vários momentos de suas obras, foram autores de formulações de natureza utópico-idealista acerca da vindoura sociedade comunista - como o lírico trecho da *Ideologia Alemã* (“caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após jantar”) é um eloqüente exemplo. Certamente esses momentos da obra de Marx e Engels não são as melhores referências para elaborarmos uma teoria crítica e dialética da esfera política.

IV. A segunda parte do livro abre com uma breve entrevista de Georg Lukács, concedida a Leandro Konder, em 1969. Nela se revela a força intelectual e a dignidade moral e política do pensador húngaro. Até o fim de sua vida, ele se dedicou, de corpo e alma, ao trabalho teórico; se, aqui e ali, equívocos cometeu, nunca abdicou do rigor intelectual. Nessa entrevista faz considerações inteligentes sobre o papel de Stalin, Lênin, Sartre, de Garaudy, sobre a *Ontologia do ser social* etc. Certamente sua permanente admiração a Lênin ainda desagrada aqueles que postulam hoje um marxismo que se distancie gradativamente das contribuições teóricas e políticas do revolucionário russo.

A seguir publicam-se 34 cartas da correspondência mantida entre Lukács e os então jovens escritores Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, de 1961 a 1970. Os estudiosos da história do marxismo no Brasil muito se beneficiarão também da leitura da entrevista

que os dois brasileiros concederam aos organizadores desta antologia. Somos então introduzidos ao contexto político dos anos 60 e 70 no Brasil, aos temas e debates culturais no interior da esquerda brasileira (particularmente dentro do PCB), ao conhecimento de seus intelectuais etc. É digno de salientar que, desde os anos 60, através de atividades em jornais e revistas partidários (ou não), de ensaios e livros publicados, Konder e Coutinho vieram desempenhar um papel relevante nos quadros da cultura política e do marxismo brasileiros. Autores como Lukács e Gramsci passaram a ser conhecidos entre nós, em boa medida, graças à iniciativa intelectual e à militância política destes dois autores.

No entanto, um reparo crítico não poderia deixar aqui de ser feito. É de se estranhar que, na entrevista concedida sobre a recepção de Lukács no Brasil, Coutinho e Konder em nenhum momento destacaram a importância da (extinta) revista *Temas de Ciências Humanas* na divulgação de textos de Lukács no Brasil. (A editora da revista teve, inclusive, o trabalho pioneiro de publicar, entre nós, uma tradução de dois capítulos da *Ontologia*.) Igualmente, na entrevista omite-se a contribuição editorial da revista *Ensaio*, dirigida até recentemente pelo filósofo, de orientação lukacsiana, José Chasin..* Como bem se sabe, desde os anos 70, essa revista publica, regularmente, importantes textos e entrevistas de Lukács e ensaios de estudiosos internacionais (entre eles, N. Tertulian, I. Meszàros e outros) e brasileiros que tematizam, especialmente, as últimas obras do pensador húngaro.

* Registre-se, porém, que de forma criteriosa, José Paulo Netto, em seu texto, reconhece que o ex-editor de *Ensaio* teve papel decisivo, dentro da universidade brasileira, na orientação de pesquisas filosóficas em torno da *Ontologia do ser social* exatamente a obra que motivou a organização desta antologia.